

# TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX: REGISTROS DA ESCRAVIDÃO NEGRA EM SANTA CATARINA

Cláudia Maria Vieira da Silva<sup>1</sup>  
Aline Carmes Krüger<sup>2</sup>

## RESUMO

A Paleografia como estudo das escritas antigas é fundamental para o entendimento da história e da cultura de civilizações. Compreendendo sua importância, o presente artigo objetiva transcrever e analisar, através da técnica paleográfica, dois manuscritos do século XIX referentes à escravidão negra em Santa Catarina. Esses registros são da Vila de Itajaí, hoje cidade de Itajaí, e estão em poder do Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins na referida cidade. Para o alcance desse objetivo adotou-se como processo metodológico a análise documental; o uso das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos; do dicionário “Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX”; e uma revisão bibliográfica que permitiu localizar o debate sobre escravidão negra em Santa Catarina. Nesse sentido, a partir da coleta de informações das fontes estudadas, e da transcrição e análise dos manuscritos, concluiu-se a importância do fazer paleográfico, ao dar visibilidade a esses documentos, oferecendo informações valiosas da historiografia catarinense acerca da escravidão negra no estado, especificamente sobre troca de escravo e carta de liberdade.

Palavras chave: Paleografia, Transcrição de Manuscritos, Escravidão Negra em Santa Catarina.

## ABSTRACT

Paleography as the study of ancient writings is fundamental for understanding the history and culture of civilizations. Understanding its importance, this article aims to transcribe and analyze, through the paleographic technique, two manuscripts from the 19th century referring to black slavery in Santa Catarina. These records are from Vila de Itajaí, today the city of Itajaí, and are in the possession of the Documentation and Historical Memory Center of the Genésio Miranda Lins Foundation in that city. In order to reach this objective, document analysis, the use of Technical Standards for Transcription and Editing of Documents, the dictionary “Abbreviations: manuscripts from the 16th to the 19th centuries” were adopted as a methodological process, and a bibliographic review that allowed a greater depth on the topic addressed. In this sense, from the collection of information from the sources studied, and from the transcription and analysis of the manuscripts, the importance of paleographic work is concluded, by giving visibility to these documents, offering valuable information from the historiography of Santa Catarina about black slavery in the state.

Keywords: Paleography, Transcription of Manuscripts, Black Slavery in Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Graduanda no Curso de Arquivologia – UFSC - E-mail: cacavieirafloripa@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Museologia e Patrimônio e Professora do Departamento de Ciência da Informação - UFSC E-mail: aline.kruger@ufsc.br

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos da Paleografia<sup>3</sup>, como ciência, teorias e métodos próprios, datam do século XVII. Abordar o tema transcrição paleográfica na área de Arquivologia, além de ser um desafio, traz à tona a importância dos estudos de preservação, bem como da leitura e análise de documentos manuscritos que são o objeto de estudo da Paleografia. Entende-se que a restauração e a digitalização não são suficientes para dar acesso ao conteúdo desses documentos aos pesquisadores. O que dá acesso à informação contida nos documentos é o entendimento do mesmo, sua leitura e transcrição. E para entender e decifrar as informações neles contidas se aplica a Paleografia, que está ligada à história da escrita, bem como suas modificações, suportes e instrumentos utilizados para escrever. Nesse sentido, vimos que o termo Paleografia significa “o estudo das escritas antigas, conforme a etimologia grega da palavra: paleos (antiga) e graphein (escrita).” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 15).

O interesse pela transcrição de manuscritos é reflexo de experiências vivenciadas, que iniciaram no Curso de Graduação em Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde ao cursar a disciplina de Paleografia, a autora teve a oportunidade de conhecer essa temática de fundamental importância para todas as áreas que se destinam ao conhecimento histórico com base em documentos manuscritos, que segundo Acioli (1994) é o que move a História.

Através do fazer paleográfico, oportuniza-se a edição de documentos que podem servir para esclarecer o funcionamento e o comportamento de uma sociedade. Nessa perspectiva percebe-se a importância da transcrição de textos manuscritos no sentido de contribuir com a literatura que investiga ou pesquisa sobre o assunto em vários períodos históricos, revelando informações importantes, como os documentos que versam sobre a escravidão negra em Santa Catarina, objeto de análise desta pesquisa, constituindo tema relevante para estudos nessa área, além de ser um instrumento de preservação e testemunho de culturas.

No contexto atual, constatou-se a dificuldade em definir os limites da Paleografia, pois esta mantém relações essenciais com diversas ciências, por exemplo, a História, a Diplomática - que tem foco na autenticidade do documento -, a Filologia - que se ocupa da produção textual -, a Codicologia - que estabelece uma metodologia para o estudo de códices -, as Ciências Jurídicas, ou qualquer outra ciência que pesquisa manuscritos e necessita de

---

<sup>3</sup> Optou-se no texto pelo uso de Paleografia com maiúscula inicial.

transcrição paleográfica. Na Arquivologia, o ensino da Paleografia para os estudantes é importante pois qualifica o arquivista a ler, compreender e interpretar as informações contidas nos documentos e permite sua classificação e descrição (KRÜGER, 2014). É fundamental e necessário para bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação que tenham esses acervos em seu poder. Seu foco hoje não se limita apenas aos escritos antigos, como abordaremos mais adiante, pois muitos documentos contemporâneos também necessitam dessa técnica de transcrição.

Assim, tendo em vista a relevância do tema, a pesquisa tem como objetivo geral transcrever e analisar através da técnica paleográfica, dois manuscritos do século XIX referentes à escravidão negra em Santa Catarina, que estão em poder do Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins em Itajaí. Criado em 1985, o Centro é composto pela Biblioteca de Apoio, Hemeroteca, Acervo Iconográfico e pela documentação pública de caráter permanente do Município, contando, ainda, com setores de Conservação e Restauro, Laboratórios de História Oral e Editoração e Educação Patrimonial. (FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS, 2022). Os documentos objeto desta pesquisa cuja reprodução é apresentada no Anexo, fazem parte do Fundo institucional: Cartório de Registro de Imóveis -1º Ofício de Itajaí (1860-1886). O primeiro, refere-se ao registro de uma escritura de troca entre dois escravos datada de 18 de outubro de 1865, o segundo versa sobre uma carta de liberdade concedida a uma escrava de onze anos de idade, em 01 de dezembro de 1869. Os registros são da Vila de Itajaí, hoje cidade de Itajaí, em Santa Catarina.

Para tanto, os objetivos específicos que conduzem as diretrizes desta pesquisa são: contextualizar a Paleografia, seus conceitos e desenvolvimento; apontar aspectos da escravidão negra em Santa Catarina a partir dos documentos estudados, e analisar as dificuldades e peculiaridades da escrita na transcrição desses manuscritos. Diante do que foi apresentado, a pergunta norteadora desta pesquisa é: De que maneira a prática da Paleografia aplicada aos manuscritos do século XIX pode servir de suporte para a transcrição desses documentos e contribuir no entendimento dos seus aspectos históricos?

Como processo metodológico adotou-se uma abordagem qualitativa com base em um estudo comparativo do conteúdo das obras de diferentes autores, em uma revisão bibliográfica. Para a análise documental fez-se uso das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos e do dicionário “Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX”, bem como as experiências com transcrições adquiridas durante as aulas de Paleografia, e dos cursos realizados online através das oficinas. Os resultados serão apresentados, a partir da

coleta de informações das fontes estudadas, onde buscou-se analisar os conceitos chave tratados aqui, contribuindo com novas reflexões e perspectivas de estudo sobre o tema.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico, e a partir do material reunido, produziu-se o aporte teórico que é o embasamento desta pesquisa. As bases de dados consultadas foram BRAPCI, Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e os termos utilizados foram “Paleografia” AND “escravidão” AND “Santa Catarina”. A consulta recuperou 112 artigos. A pesquisa documental procedeu de forma presencial ao Arquivo Histórico do município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e ao Arquivo do Estado de Santa Catarina - APESC. As dificuldades encontradas para capturar as imagens dos documentos devido às normas das instituições visitadas, como por exemplo a proibição do uso do flash, foram fatores essenciais para optarmos por documentos digitais do Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins (CDMH/FGML) em Itajaí. Após selecionados, foram transcritos e analisados, e pode-se observar suas características e peculiaridades. A fim de garantir a base de informações que sustentará a discussão proposta neste artigo, se faz necessário conceituar a Paleografia e seu desenvolvimento.

## **2 A PALEOGRAFIA**

Para contextualizar a Paleografia é preciso, primeiramente, entender os seus conceitos, pois constatou-se que o tema, pensado na sua totalidade, abrange vários aspectos a serem abordados. Ao se modificar, a escrita possibilitou ao homem registrar sua história em diferentes suportes, permitindo que o seu conteúdo fosse preservado. Muitas vezes esses registros eram incompreensíveis aos leigos, sendo essencial a aplicação das técnicas paleográficas ou de outras ciências auxiliares para a sua compreensão. Para efeito do desenvolvimento desta pesquisa tomou-se como base o conceito do glossário de Paleografia de Leal (1994, p.45) que afirma ser a Paleografia “O estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais, instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição”.

A Paleografia surgiu na Idade Média, durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), inicialmente para ajudar a resolver problemas de autenticidade e veracidade de um grande número de documentos falsificados de propriedades privadas que surgiram na época. Nesse sentido, Toniazzo; Andrade; Krause, 2009 afirmam que:

Os juizes e os tribunais, então, assoberbados com a quantidade de documentos falsificados, tomaram a iniciativa de fazer um estudo minucioso dos mesmos. Consolida-se, assim, a Paleografia como instrumento de perícia forense, tornando-se ciência auxiliar da Justiça. (TONIAZZO; ANDRADE; KRAUSE, 2009, p. 52).

Berwanger e Leal (2008) dividem a Paleografia em dois períodos, o primeiro de sua formação no final do século XVII e o de sua consolidação até os dias de hoje. Há no entanto, autores como Andrade (2010 apud Dias e Bivar 2005, p. 17-18), que dividem os períodos da Paleografia em três, e Monte (2021 p.38-39) que apresentam o seu desenvolvimento em quatro períodos conforme a tabela a seguir:

Tabela 1- Andrade

do século V a.C. ao século VII d.C	Paleografia Antiga ou Greco-romana
do século VIII d.C. ao século XV d.C	Paleografia Medieval
do século XVI ao século XI	Paleografia Moderna

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa(2022)

Tabela 2- Monte

Século I até 1681	Pré História da Paleografia
1681 a 1750	período de formação
1750 a 1938	período de desenvolvimento
1939 até os dias atuais	período de renovação

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa(2022)

Nota-se que essa divisão abarca a época em que os documentos foram lavrados. Diante da exposição dos autores, é possível identificar que apesar de diferentes abordagens inerentes à sua evolução, existe uma variação de períodos, e uma coincidência de datas.

A Paleografia tem sua origem atribuída ao monge beneditino Jean Mabillon, que a partir da publicação de sua obra, *De Re Diplomática Libri VI* (1681) forneceu as bases e estabeleceu regras fundamentais para a Diplomática<sup>4</sup> e a Paleografia.(CAMBRAIA 2005). Entretanto, Gomes (2018) atribui essa autoria ao monge D. Bernard de Montfaucon, que publicou em Paris no ano de 1708 a obra *Palaeographia Graeca sive de ortu et progressu literarum*, que abordava exclusivamente sobre o tema. De qualquer forma, mesmo não

---

<sup>4</sup> A diplomática nasceu no século XVII concomitante ao surgimento da paleografia, com o intuito de determinar a autenticidade dos documentos (LIMA; FLORES, 2015, p.15)

mencionando o termo Paleografia em sua obra, Mabillon obteve sucesso, incentivando o surgimento de novas publicações. A partir da segunda metade do século XVIII, o estudo da Paleografia tornou-se disciplina nas escolas europeias de Filosofia e Letras. Segundo Acioli (1994) no Brasil, em 1952, surge como disciplina no curso de História da Universidade de São Paulo.

Em uma definição breve, Mendes (2008, p.12) afirma que: “a Paleografia é a arte de ler documentos antigos.” Cambraia (2005, p.23) , complementa dizendo que “ é o estudo das escritas antigas.” Entretanto, é possível afirmar que a Paleografia hoje, tem o seu foco não somente ou apenas nos escritos da antiguidade, e nesse sentido, definindo mais especificamente a abrangência temporal do termo antiguidade, Acioli (1994) afirma que este

Deve ser compreendido como dificuldade de leitura, pelo fato de a escrita antiga apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual. Diferentemente, por escrita antiga compreender-se-iam todas as usadas no Egito (...), na Ásia, Grécia, Roma, etc. Para o nosso estudo, uma escrita do século XVI é considerada antiga, como uma de antes de Cristo, desde que apresente caracteres gráficos diferentes dos usados na escrita moderna. (ACIOLI, 1994 p. 5).

É necessário, ainda, dentro desta perspectiva de antigo e antiguidade, dissociar os termos, e portanto, é possível afirmar que, um texto antigo não necessariamente é um texto da antiguidade, mas é um texto que pode ter um traçado diferente ou não usual e que causaria dificuldades para a leitura do paleógrafo. Como é bem colocado por Berwanger e Leal (2008, p.16), “Hoje se aplicam as técnicas paleográficas a documentos contemporâneos, desde que o manuscrito seja incompreensível à leitura.” Com base na definição dos autores constata-se que, como estudo das escritas antigas, e de seus suportes, a Paleografia possui técnicas que auxiliam os pesquisadores a realizar a leitura e a transcrição do conteúdo existentes em documentos manuscritos, independente da época em que foi produzido, seja ela antiga ou contemporânea.

Com as mudanças da escrita , os tipos de suporte foram se modificando ao passar dos milênios, e seria difícil imaginar nos dias de hoje que os povos antigos se utilizavam dos mais diversos e estranhos objetos para registrar seus pensamentos e atividades, que conforme Oliveira (1984 apud Rodrigues 2016, p.104)

Valeram-se das paredes das cavernas, da pedra, do barro, do chumbo, do ouro, do bronze e escreveram livros minerais. Com o papiro, a madeira, o pano e o papel tivemos os livros vegetais. O couro, o pergaminho e até os intestinos de serpentes serviram de feitura de livros animais.

A partir da definição de que a Paleografia é um instrumento de análise do documento histórico, e que o paleógrafo é aquele que lê, identifica sua origem, datação, e transcreve o seu conteúdo , Acioli (1994) afirma que o uso das técnicas paleográficas não se

aplicariam a todos os tipos de materiais. Enfatiza que isso caberia a outras áreas da ciência, e conclui afirmando que “ela estuda a escrita feita sobre material brando ou macio, tais como, as tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel.” (ACIOLI, 1994, p. 5). No mesmo sentido seguem Berwanger e Leal (2008, p.16) que apontam que “o documento paleográfico é manuscrito e pode ter como suporte papel, tecido ou matéria branda, isto é, pergaminho e papiro.” Já Andrade (2010) faz uma diferenciação entre um conceito mais amplo, onde todas as escritas são contempladas, e um conceito mais restrito que se aproxima da opinião de Acioli (1994), onde a Paleografia se ocuparia dos suportes brandos da escrita tais como: pergaminho, papel, tecidos, etc. Afirma ainda que outras áreas da ciência como cita Acioli (1994), se ocuparão dos suportes não brandos ou seja os suportes duros e que tem por objeto, a escrita, como por exemplo, “a Epigrafia (mármore, pedras, bronzes, ladrilhos, etc.) e a Numismática (moedas, medalhas, outras peças relacionadas com as mesmas, etc).” Percebe-se aqui uma preocupação das autoras citadas em especificar o campo de atuação da Paleografia em função do seu suporte. Desta forma, ao longo das opiniões apresentadas, é possível concluir que independente do suporte, seja ele duro ou macio, como é o caso dos manuscritos desta pesquisa, o uso da técnica paleográfica se valerá caso necessário de outras ciências e vice-versa para entender e revelar o conteúdo ali existente.

Em uma definição tradicional, Blanco (1987 apud Berwanger e Leal 2008 p.15) afirma que a Paleografia “É a ciência que nos ensina a ler e interpretar corretamente documentos manuscritos antigos, ocupando-se essencialmente com a origem e evolução da escrita.” Nessa mesma linha, porém com um conceito mais atual, Monte (2021, p.55) diz que “Com o amplo desenvolvimento dos métodos e da sistematização dos estudos paleográficos, a que assiste os séculos XVIII e XIX, a Paleografia vai se constituindo como ciência propriamente dita.” Entretanto, na opinião de Oliveira (2007, p.8) no século XX, “a Paleografia passou a ser vista como uma técnica, com fins mais pragmáticos e objetivos.” Paul Canart publicou um artigo intitulado “A Paleografia é uma arte ou uma ciência?”, ao que ele mesmo responde, “Sim, a paleografia nasceu acima de tudo como uma arte, e algumas pessoas a praticam apenas como uma arte, uma habilidade.” (CANART, 2006 p.164 tradução nossa). As opiniões dos autores, se associa a de Berwanger e Leal (2008, p.16) que trazem uma abordagem de caráter mais integrador, e colocam que a Paleografia “Pode ser considerada arte ou ciência”. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica.”

Berwanger e leal (2008) dividem os estudos paleográficos em dois aspectos, a Paleografia elementar ou de leitura, quando esta se dedica apenas da leitura e decifração, e a

crítica ou de análise (crítico analítica) que identifica outros elementos do documento: onde, como e quando este foi escrito, ou seja conhecer o contexto de produção do documento. Comparando as várias definições dos autores, é possível identificar que essas perspectivas representam bem os múltiplos conceitos atribuídos à Paleografia, seja como arte, ciência ou técnica, todas se completam, sendo possível perceber os vários aspectos que norteiam a Paleografia, lançando desafios à pesquisa, à prática, ao ensino e à história.

Historicamente definida desde o seu surgimento até os dias atuais, como uma ciência auxiliar de outras ciências, e especificado por Acioli (1994, p.5) que afirma, “das ciências auxiliares da História, a Paleografia é a mais importante porque ela se dedica ao estudo da escrita sobre material brando, principal fonte de informação do historiador.” Já Fachin (2006) diz que para a transcrição de documentos são necessários conhecimentos da Filologia<sup>5</sup>, e de outras ciências, e afirma: "Dentre as que mais fornecem meios para a efetivação do trabalho filológico é a Paleografia." (FACHIN, 2006. p. 27), e que dessa forma o filólogo pode fazer a leitura e estabelecer nos documentos tempo e espaço, ao que concorda Mendes (2008) quando diz que sem a Paleografia como auxiliar, não se compreenderia a Filologia. Corroborando com essas opiniões, Berwanger e Leal (2008, p.20) enfatizam que “a Paleografia serve-se de ciências que a auxiliam, ao mesmo tempo em que lhes presta serviço.” Entretanto, não se pode deixar de registrar que alguns autores, como Gomes e Saez (2016), não a veem como ciência auxiliar, afirmando que a partir de 1960, esta se liberta do rótulo de erudita e torna-se ciência indispensável para o conhecimento da história da cultura escrita. Nesse sentido, afirmam que “a Paleografia já não é somente e simplesmente a ciência que estuda as escrituras antigas, mas uma renovada disciplina que se propõe ao estudo global da história dos usos e práticas da escrita.” (GÓMES; SÁEZ, 2016 p.165). Dessa forma, Monte (2021) coloca que ao deixar sua condição de auxiliar e passar a ser reconhecida como interdisciplinar, a Paleografia garante a liberdade de se movimentar entre a ciência e a arte. Conforme nos mostra Bruno (2018), “a Paleografia tem se revelado como uma disciplina autônoma, capaz de fornecer materiais, técnicas e metodologias específicas e importantes para a crítica documental.” (BRUNO, 2018, p. 90). Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 1) enfatiza que :

Nas últimas décadas, a Paleografia tem estado em permanente troca com outras técnicas e tecnologias, como a informatização voltada para a digitalização de imagens, proporcionando o desenvolvimento de novas técnicas de higienização, restauração, acondicionamento, preservação e tratamento dos suportes físicos das fontes, assim como novas formas de decifrar, interpretar, processar e guardar os conteúdos textuais das mesmas.

---

<sup>5</sup> A Filologia é o ramo do saber que estuda a palavra, especialmente a palavra escrita.(TEIXEIRA,2009, p.17)

Mesmo com a escassez de formação especializada, alguns fatores têm impulsionado o crescente interesse pela Paleografia, como o surgimento de oficinas e o aumento da demanda do seu ensino dentro e fora das universidades (MARCOTULIO;MONTE, 2020), bem como a digitalização dos acervos, e afirmam que a “ a digitalização de documentos tem sido um processo contínuo e bastante incentivado em diversas instituições brasileiras de salvaguarda de patrimônio material.” (MARCOTULIO;MONTE, 2020, p.62).

Os novos rumos da Paleografia vem acompanhando as mudanças tecnológicas, um exemplo, é o uso da inteligência artificial para a transcrição, através do software *Transkribus*, que segundo Magalhães (2021), é uma plataforma de transcrição automatizada que pode ser usada online ou na versão desktop, necessitando apenas de um e-mail pessoal e uma senha. Está disponível em alguns idiomas com 95% de êxito no processamento. Ao ministrar uma palestra na disciplina de Paleografia, Magalhães enfatizou que atualmente já existe em uso um modelo em desenvolvimento em que ela mesma atua para o reconhecimento em língua portuguesa.<sup>6</sup> Coloca ainda que é um trabalho braçal e cansativo, pois tem que inicialmente alimentar a máquina com cerca de 5.000 mil palavras, para se ter algum resultado, mas que considera um avanço na transcrição de documentos. Marcotulio e Monte (2000) colocam que o estudo da prática paleográfica é justificável pelo grande número de pesquisadores e instituições que detêm acervos documentais que precisam de auxílio para a leitura desses documentos.

### **3 ASPECTOS DA ESCRAVIDÃO NEGRA EM SANTA CATARINA**

Na busca por bibliografia inerentes à escravidão para o desenvolvimento do capítulo constatou-se que há demasiada pesquisa a ser feita para o conhecimento desse período da história, principalmente no que se refere a escravidão negra em Santa Catarina. É preciso reconhecer que pouco sabemos sobre como e porque a escravidão chegou aqui, e para isso é necessário que alguns aspectos possam ser trazidos à luz da história, pois por muito tempo pareceu invisível à sociedade, aos pesquisadores e historiadores como abordaremos durante este capítulo. Piazza (1999, p.33) afirma que “na história da humanidade desde os tempos imemoriais se tem a escravidão como forma de sujeição dos vencidos aos vencedores.”

---

<sup>6</sup> Palestra ministrada aos alunos de Paleografia, do Curso de Arquivologia da UFSC em 13.12.2021 por Livia Borges Souza Magalhães.

Em meados do século XVI, os portugueses que aqui viviam deram início ao tráfico de escravos negros, motivados pelo fracasso na escravização dos índios, que foram os primeiros a serem escravizados, mesmo sendo donos legítimos das terras e que eram defendidos pela igreja católica, e por também considerarem o trabalho braçal tarefa de escravos (STRIEDER, 2000). Se aproximando da mesma opinião, Furtado (2007) afirma que a escravidão se mostrou, desde o começo, fator dominante para assegurar a sobrevivência do colono europeu no Brasil. Estima-se que no período da Independência, quando a população do Império do Brasil foi estimada em 4 milhões de habitantes, quase um terço eram escravos (Mamigonian, 2017). Em 300 anos, foram cerca de três a cinco milhões de africanos que entraram no Brasil (Strieder, 2000).

No Brasil, muitos documentos referentes à escravidão foram destruídos. Em 1890, Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, determinou que todos os registros inerentes ao tema fossem queimados, diminuindo as possibilidades de aproximação da realidade dos fatos (DUARTE; SCOTTI; NETTO, 2015). Por outro lado, os bastidores por trás dessa decisão teria como finalidade, evitar os pedidos de indenizações, tanto por parte dos donos de escravos que foram afetados pela Lei Áurea, tanto dos escravos que se tivessem registro de suas matrículas poderiam exigir seus direitos pelo tempo que foram escravizados, e nesse sentido afirmam:

Diante dos horrores da escravidão negra no Brasil, Rui Barbosa, à época Vice-Chefe do Governo Provisório e Ministro da Fazenda, detemimou, por meio do Decreto de 14 de dezembro de 1890, que se destruíssem todos os documentos referentes à escravidão/Intentava com esse gesto apagar, da história brasileira, o instituto — como se isso tivesse o condão de fazer desaparecer da memória nacional a carga de sofrimento suportada pelo povo africano e pelos afrodescendentes — e evitar possíveis pedidos de indenização por parte dos senhores de engenho. (DUARTE; SCOTTI; NETTO, 2015, p. 29).

A historiografia sobre a escravidão negra em Santa Catarina provavelmente foi afetada pela dificuldade de acesso às fontes. Segundo Soares (1988) o início da escravidão negra em Santa Catarina é datado do século XVII, quando chegaram os primeiros escravos em São Francisco do Sul, Desterro e Laguna. Em sua pesquisa “ Cor e mobilidade Social, em Florianópolis” - Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional, Fernando Henrique Cardoso (1960) diz que no início da colonização, a Ilha possuía uma economia voltada à sua subsistência, sendo o negro escravo mão de obra cara e por isso muito pouco aproveitado, e afirma que “o escravo negro não exerceu um papel importante na colonização do Brasil Sul”. (CARDOSO,1960. p.5). No entanto, na obra” Negros do Sul do Brasil - Invisibilidade e Territorialidade”, Leite (1996) aponta que a

maioria dos autores afirma ser muito reduzida a participação dos negros no processo de colonização em Santa Catarina. Nesse sentido Leite (1996), recusa essa interpretação, e faz duras críticas considerando as pesquisas limitadas e incompletas e reitera a existência de mão de obra escrava em Santa Catarina em todo o tipo de atividades, principalmente nas ligadas ao porto, à pesca e à agricultura. É importante considerar que na década de 1990, Piazza (1999) chamava a atenção para a falta de documentação sobre os negros, sendo necessário recorrer a registros de batizados e de nascimentos e óbitos para se chegar a um resultado aproximado, e nesse sentido afirma que “pode-se avaliar a população escrava da Capitania, depois província de Santa Catarina, com dados estatísticos, fornecido, na maioria das vezes, como estimativas.” Leite (1996) destaca que “a invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações.” (Leite, 1996, p. 41). Afirma ainda que essa invisibilidade acontece de forma individual ou coletiva, e complementa dizendo que alguns autores contribuíram na minimização da escravidão negra na estruturação da sociedade Catarinense, onde estes, foram esquecidos seja por menosprezo dos políticos, da sociedade, pela ideologia do embranquecimento, pela falta de documentação para pesquisa, ou pela segregação social/racial que sofreram ao ponto de se tornarem invisíveis, levantando muitas questões em torno da ausência de negros na histografia do Estado (LEITE, 1996). A historiografia dos anos 2000 apresenta novas pesquisas. Em seu artigo “O comércio de escravos para a capitania de Santa Catarina”, Cardoso (2010) diz que os escravos africanos que desembarcavam por aqui, vinham através do porto do Rio de Janeiro, o principal abastecedor de mão de obra escrava para o Estado. Em seu livro “História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina”, Mamigonian e Vidal, (2013) reúnem uma coletânea de artigos de diversos autores, baseada em documentos da igreja, sendo o negro e a escravidão o ponto comum entre eles. As autoras compartilham da opinião de Leite (1996) sobre o quanto é presente essa invisibilidade negra a que se referem, e nesse sentido, colocam que :

A “invisibilidade” da presença de africanos e descendentes na memória histórica não é prerrogativa de Santa Catarina; ocorre nos outros estados da região Sul e em vários países das Américas que receberam contingente significativo de africanos, mas que construíram memórias e identidades nacionais associadas a indígenas e europeus. (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013 p. 11 grifo do autor).

Através de pesquisas em arquivos eclesiásticos, Mamigonian e Cardoso (2013) fazem uma abordagem das mortes que ocorriam quase que diariamente de escravos recém chegados na ilha, e apontam que muitos adquiriam doenças durante a longa travessia do Atlântico, onde além de estarem em um ambiente insalubre, sofriam desgaste físico e

emocional. Sem a certeza dos motivos dessas mortes, afirmam que “ é provável que tenham sido vitimados por algumas das moléstias que há algum tempo assolavam os “imigrantes” negros que chegavam à Ilha de Santa Catarina.” (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2013 p. 18 grifo do autor).

Lima (2013, p.198) coloca que “ os registros agregados que conhecemos sobre a população da Ilha mostram a presença constante dos escravos e seus descendentes.” Afirma que em 1796 o governador da época mandou fazer um levantamento constatando a presença de 22% de negros, somente nas quatro maiores freguesias da Ilha e reitera que a presença africana era bem expressiva durante todo o século XIX (LIMA, 2013). Já no norte do Estado, na Foz do Itajaí, em Itapocorói, hoje município de Penha, a presença de africanos escravizados e seus descendentes pode ser constatada na construção de uma igreja onde era utilizado o óleo de baleia nas armações em que muitas vidas foram perdidas. Estes registros de assentos de mortes encontram-se na capela de Itapocorói. (ROSA DA SILVA, 2014). A abordagem nessa localidade deve-se ao fato dos manuscritos em análise produzidos no século XIX, terem sido escritos na freguesia pertencente à cidade de Itajaí.

Diante do que foi exposto ao longo da discussão neste capítulo, foi possível constatar que até a década de 1990, a historiografia da escravidão negra em Santa Catarina era pouco expressiva. A partir dos anos 2000 novas pesquisas lançaram novos olhares possibilitando um aprofundamento sobre o tema em questão em certo sentido alimentadas por documentos manuscritos que não receberam o tratamento profissional no processo de transcrição. A Paleografia através do seu fazer paleográfico pode contribuir ainda mais desvelando aspectos importantes deste período da história. Esse é o caso dos documentos aqui analisados, a escritura de troca de escravos e a carta de liberdade de uma escrava criança, temas pouco estudados na historiografia da escravidão em Santa Catarina.

#### **4 MANUSCRITOS SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA EM SANTA CATARINA**

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 237), “o documento manuscrito é um texto escrito à mão, de valor histórico e literário.” A preservação e a conservação desses documentos exigem cuidados especiais, como ações preventivas e se necessário interventivas. Nesse sentido, Acioli (1994) faz críticas aos poderes públicos pela não conscientização para o desenvolvimento de políticas de conservação e restauração.

A escolha dos manuscritos utilizados nesta pesquisa se justifica pelo valor histórico e cultural que foi a escravidão negra no Estado, e pela importância do tema muitas vezes esquecido e pouco discutido, ou silenciados pela história catarinense bem como pelo poder público do Estado que insiste até os dias atuais em destacar a colonização europeia e invisibilizar a presença negra em Santa Catarina.

#### 4.1 ANÁLISE PALEOGRÁFICA

Utilizamos na elaboração da análise paleográfica alguns critérios referente aos elementos que constituem os manuscritos analisados: quanto aos aspectos gráficos, o tipo de letra e o ductus, os aspectos materiais, seu suporte, instrumento da escrita, tipo de tinta utilizada e o estado de conservação; e quanto aos aspectos complementares, a época do documento, a relação escrita/autor, sua origem e localização. Como a análise realizou-se com documentos digitalizados, não foi possível descrever o suporte original, apenas que são folhas de livros de registros, e nem o instrumento da escrita. Podemos supor que a tinta utilizada não possuía metais pois não há sinais de corrosão no documento, ou seja não é tinta ferrogálica. Os documentos são hológrafos, ou seja a pessoa que escreve, é a mesma pessoa que assina. A escrita é humanística cursiva, de traçado regular e com inclinação para a direita. Segundo Berwanger e Leal (2008), essa escrita é utilizada desde o século XVI até os dias atuais. As transcrições foram feitas linha por linha com a numeração de páginas de acordo com o original e indicando a mudança de página entre colchetes, no meio do texto: [fl.2]. Foram mantidos conforme o original: os acentos; a pontuação; as letras maiúsculas, minúsculas e a ortografia. Não foram feitas correções gramaticais, mas as palavras separadas indevidamente foram unidas conforme recomendações da norma. As assinaturas foram descritas em itálico, à exceção de uma assinatura abreviada, esta foi sublinhada. A anotação de mão alheia foi indicada como nota de rodapé, e o selo existente foi colocado entre colchetes e grifado. A divisão dos parágrafos foi respeitada e na margem esquerda há a contagem de linhas em números de cinco em cinco para facilitar a localização das palavras no documento. As abreviaturas foram desmembradas e as letras acrescentadas foram sublinhadas. As palavras que não foram identificadas foram anotadas entre colchetes e grifadas: [ilegível], e as duvidosas colocou-se uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?].

Antecedendo às transcrições foi utilizado um sumário informativo com a identificação do documento, o assunto, local de origem, assinatura e a instituição de guarda.



dezenove dias do mez de Outubro, do dito  
anno, nesta Villa de Itajahy em meo  
cartorio compareceo em minha presença  
20 e das testemunhas abaixo nomeadas, e  
assignadas de úma parte Bento Mala-  
chias da Silva, representada por seo pro-  
curador Antonio Pereira Liberato, e de ou-  
tra Serafim Antonio de Borba represen-  
25 tada tambem por seo procurador Sebas -  
tião Caetano Vieira, conhecido de mim  
Tabellião intirino de que dou fé, e ambos  
digo fé, ambos moradores d'este Termo e  
por eles foi dito de estarem justos a trocar  
30 como [?] com [?] effeito por esta troção o seguinte  
elle Bento Malachias da Silva dá a seo  
escravo de criação, de nome digo escravo

[fl.2]

escravo de nome Victorino, criado no va-  
lor de digo criado por úm outro de Sera-  
35 fim Antonio de Borba de criação de  
nome João. Disserão mais que recipro-  
camente transferem úm a outro o do-  
minio, direito, acção e posse dos referidos  
escravos trocados e que estes poderão tomar  
40 judicial ou extrajudicialmente como  
quizerem: Assim também se obrigão por  
essas pessoas e bens a faserem esta troca  
boa e de paz, especialmente digo de páz.  
E ao mesmo tempo pelos mencionados  
45 procuradores me foi apresentado as  
competentes procurações que fição archi-  
vadas em meo cartório. Depois de escrip

ta esta foi lida por mim perante elles  
que todos a outorgarão e aceitarão, e eu  
50 como pessoa publica a estipulei e aceitei.  
Testemunhas a tudo presente Antonio  
Carlos Machado de Oliveira, e Leopoldino José da Silveira todos de meo conhecimento, digo conhecimento. Eu Francisco  
55 Ezequiel Tavares Tabellião intirino que  
escrevi e assignei em publico e raso.  
Em testemunho [selo] de verdade

O Tabellião intirino

Francisco Ezequiel Tavares .:

60 [Ilegível]

*Antonio Pereira Liberato*

*Sebastião Caetano Vieira*

*Antonio Carlos Machado de Oliveira*

*Leopoldino José da Silveira*

Quadro 2- Sumário

<b>TRANSCRIÇÃO 02</b>	6731/6732 Fl.1 e Fl.2 LIVRO 10
<b>ASSUNTO</b>	Registro de uma carta de liberdade
<b>LOCAL DE ORIGEM</b>	Itajaí- SC
<b>DATA</b>	01.12.1869
<b>ASSINATURA</b>	Francisco Ezequiel Tavares
<b>INSTITUIÇÃO DE GUARDA</b>	Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa(2022)

[fl.1]

1 Registro de uma carta de  
liberdade na forma abaixo.

Carta de liberdade que passa Luciano Antonio  
dos Santos digo Luciano Antonio de Santiago á  
5 favor de uma escrava de cor parda de nome There-  
za de onze annos de idade pouco mais ou menos.  
Em nome de Deos Amen. Luciano Antonio de  
Santiago, como Christão Catholico Apostolico Ro-  
mano que sou e na qual Religião fui nacido  
10 creado, educado, na qual me tenho concervado.  
espera morrer, que tendo deliberado a dar a mi-  
nha escrava acima mencionada a liberdade,  
pelo o amor de Deos, e em referencia e paga  
aos bons

[fl.2]

15 aos bons serviços que me tem prestado desde a  
sua tenra idade até o presente. O que faço de  
de muito minha livre vontade digo livre espon-

tanea vontade, sem constrangimento de pessoa  
alguma e em perfeito juízo. Rogo a todas as  
20 auctoridades do Imperio dem[?] o valor compe-  
tente a esta carta de liberdade, como se fóra um  
instrumento publico, que por não saber ler nem  
escrever pedi a Zeferino do Nascimento [Ilegível]  
que a presente fizesse, e a meo rogo por não saber  
25 ler nem escrever assignase Henrique Franco  
Moreira [?] com as testemunhas presentes Fre-  
guesia de Nossa Senhora da Penha de Itapacoray aos  
dezesseis de novembro de mil oitocentos sessenta  
e nove, Henrique Franco Moreira[?] como tes-  
temunha, Elias Teixeira da Fonseca, João Pe-  
30 reira de Carvalho, Reconheço ser as verdadei-  
ras das assignatorias supra por d'elles e  
bastante conhecimento de que dou fé. Freguesia  
de Nossa Senhora da Penha de Itapacoray aos  
dezesseis de Novembro de 1869, Em fé de verdade  
35 (estava o signal publico) O escrivão de Paz, Zeferino  
do Nascimento [Ilegível], Era o que se conti-  
nha em dita carta de liberdade e que aqui fiel-  
mente registrei, concervando a própria ortho-  
graphia, e a mesma carta me reporta em mãos  
40 da parte apresentante, nesta Villa de Itajay  
ao primeiro de Dezembro de 1869. Francisco  
Ezequiel Tavares Tabelliam o escrevi e assigno.

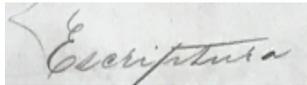
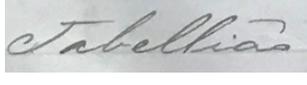
O Tabellião *Francisco Ezequiel Tavares* .:

### 4.3 DIFICULDADES E PECULIARIDADES DA TRANSCRIÇÃO

Na sua maioria os manuscritos do século XIX têm dificuldade em sua leitura, interpretação e transcrição. Uma palavra, uma abreviação, uma leitura feita de maneira incorreta pode comprometer aquilo que se está transcrevendo. A escrita à mão possui muitas abreviaturas comuns à época, tornando muitas vezes incompreensível a sua leitura. Transcrever e analisar um manuscrito é um exercício de dedicação e paciência, e não pode ser feito sem bases ou achismos, pois ao transcrever, o objetivo é tornar o conteúdo acessível e legível tendo uma idéia o mais exata possível de tudo que está no seu conteúdo, sem interferências de quem está transcrevendo.

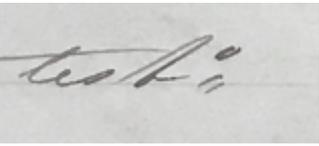
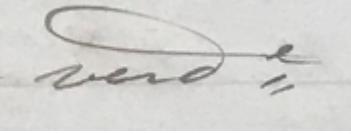
Não houve grandes dificuldades na transcrição, pois os documentos não apresentam linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras, corroídas por insetos ou animais. São livros de registros do século XIX e encontram-se em bom estado de conservação. Apresentamos a seguir algumas peculiaridades encontradas na escrita do autor, como no quadro 06, a mesma palavra escrita de forma diferente, assim como no quadro 09, o uso da letra “I” maiúscula dentro do sobrenome. As mudanças na ortografia, acentuação não usual, desmembramento de abreviaturas, palavras separadas indevidamente, a anotação de um selo e a utilização do til para expressar o som nasal.

Quadro 3 - Mudanças na Ortografia

MANUSCRITO	PALAVRA	LOCALIZAÇÃO
	Escritura	manuscrito 01 linha 01
	assinadas	manuscrito 01 linha 21
	Tabelião	manuscrito 02 linha 44
	Vila de Itajaí	Villa de Itajahy - manuscrito 02 linha 40

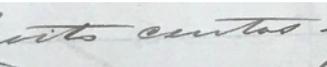
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 4- Abreviaturas e seu desmembramento

MANUSCRITO	PALAVRA DESMEMBRADA	LOCALIZAÇÃO
	Nossa <u>Senhora</u> da Penha	manuscrito 02- linha 27
	test <u>emunho</u>	manuscrito 01- linha 25
	verd <u>ade</u>	manuscrito 01 - linha 25

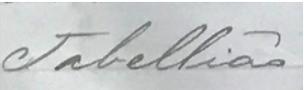
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 5- Separada indevidamente

MANUSCRITO	PALAVRA	LOCALIZAÇÃO
	oitocentos - unida conforme orientação da norma	manuscrito 01 linha 16

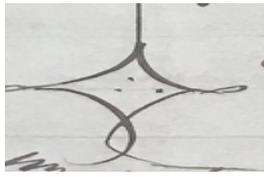
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 6- Alteração de ortografia

MANUSCRITO	PALAVRA	LOCALIZAÇÃO
	Tabelião	manuscrito 02 linha 42
	Tabelião	manuscrito 01 linha 27

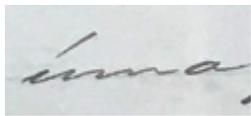
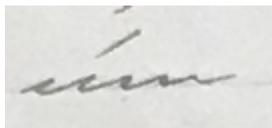
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 7- Selo

MANUSCRITO	SELO	LOCALIZAÇÃO
	[selo]	manuscrito 01 linha 25

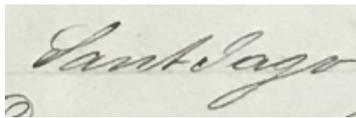
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 8- Acentuação não usual

MANUSCRITO	PALAVRA	LOCALIZAÇÃO
	uma	manuscrito linha 22
	um	manuscrito 01 linha 34

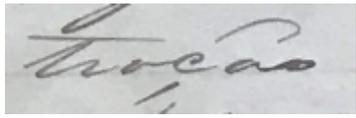
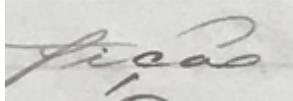
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 9- Uso da letra “I” maiúscula dentro do sobrenome

MANUSCRITO	PALAVRA	LOCALIZAÇÃO
	Santiago	manuscrito 02 linha 04

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

Quadro 10- uso do “til” para expressar o som nasal

MANUSCRITO	PALAVRA	LOCALIZAÇÃO
	trocam	manuscrito 01 linha 30
	ficam	manuscrito 01 linha 46

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2022)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma análise de como o uso das técnicas paleográficas aplicadas aos manuscritos do século XIX, pode contribuir no entendimento de seus aspectos históricos. Além disso, com o levantamento bibliográfico e a análise dos manuscritos referentes à escravidão Negra em Santa Catarina, pode-se alcançar amplamente os objetivos propostos pela pesquisa, pois foi possível conhecer alguns fatos e peculiaridades da época em que o documento foi produzido. A transcrição dos manuscritos aqui apresentados visibiliza o seu conteúdo, oferecendo informações acerca da historiografia Catarinense, evidenciando a importância de uma transcrição, bem como a relação próxima existente entre a leitura e transcrição de manuscritos e a compreensão da história e cultura de civilizações.

O exame da literatura nas últimas décadas revelam que a Paleografia foi estudada sob diferentes perspectivas e focalizou diversos aspectos, conforme o interesse do pesquisador e seus diferentes pontos de vista da época. Se por um lado é definida como ciência auxiliar de outras ciências, como a história e a filologia, por outro, a Paleografia é vista como ciência indispensável para o conhecimento da história, pois ajuda a compreender a origem e desenvolvimento da escrita e linguagem de diversas culturas. Porém, ao fazermos o levantamento do aporte teórico pode-se constatar a pouca literatura existente sobre o tema abordado, considerando-se o retorno das bases de dados. Uma forma de mudar esse contexto seria o incentivo da produção e publicação de bibliografia sobre o tema, considerando o grande volume de massa documental existente no Brasil que necessita de tratamento arquivístico e paleográfico.

Entretanto, vale ressaltar que há fatos e novos cenários, suficientes para provocar mudanças no desenvolvimento da prática paleográfica. Como foi apresentado, mesmo com a falta de cursos de especialização na área, o interesse sobre o tema vem ganhando destaque nos estudos e na oferta da disciplina em Universidades, bem como o surgimento de oficinas de Paleografia e a digitalização de documentos. Com o avanço de novas tecnologias os pesquisadores estão se ajustando a esse novo momento, e a Paleografia emerge, então como uma área promissora, dada a existência de grande volume de acervos que ao serem digitalizados, além de preservados promovem o acesso à informação. Outro aspecto importante a ser apontado é a necessidade da discussão e atualização das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos, que foi elaborada no ano de 1993. A realização de um evento de Paleografia para dialogar e discutir a atualização e unificação das normas,

fortaleceria a área. Almeja-se que esta pesquisa possa despertar e estimular as discussões acerca dos estudos da Paleografia, seja como arte, ciência ou técnica.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ANDRADE, Elias Alves de. Cotejo de manuscritos do século XIX. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 161-187, dez. 2010a. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/31/33>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ANDRADE, Maria Célia Jurado de. Paleografia. In: **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). São Paulo: Humanitas, 2010.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4867941/mod\\_folder/content/0/BERWANGER\\_LEAL\\_NocoosDePaleografiaEDeDiplomatica.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4867941/mod_folder/content/0/BERWANGER_LEAL_NocoosDePaleografiaEDeDiplomatica.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 11dez. 2021.

BRUNO, Cassio. **Paleografia e história**: As experiências da oficina de paleografia-Ufmg, entre ensino, pesquisa e extensão. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA Arivaldo Sacramento de. (org.) **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. 332 p.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/361273/mod\\_resource/content/1/Cambraia%20%282005%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/361273/mod_resource/content/1/Cambraia%20%282005%29.pdf). Acesso em: 11 jan. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/355/1/307%20PDF%20-%20OCR%20-%20RE D.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. O comércio de escravos para a capitania de Santa Catarina (1815-1826): Notas preliminares. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em:

<https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/historia/escravos.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CANART, Paul. La paléographie est-elle un art ou une science? **Scriptorium**, v. 60, n. 2, p. 159-185, 2006. Disponível em:

[https://www.persee.fr/doc/scrip\\_0036-9772\\_2006\\_num\\_60\\_2\\_3939](https://www.persee.fr/doc/scrip_0036-9772_2006_num_60_2_3939). Acesso em: 12 jan. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme; NETTO, Menelick de Carvalho. Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas. **Universitas Jus**, v. 26, n. 2, p. 23-39, 2015. Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/3553>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do conselho ultramarino (1705-1719)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23082007-120203/pt-br.php>. Acesso em: 21 dez. 2021.

FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS. **Sobre a Fundação**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2022. Disponível em:

<https://fgml.itajai.sc.gov.br/sobre-a-fundacao>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

GOMES, Saul Antônio. Paleografia: passado e presente. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26224/3/Paleografia%20e%20suas%20interface\\_s.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26224/3/Paleografia%20e%20suas%20interface_s.pdf) Acesso em: 12 jan. 2022.

GÓMEZ, Antonio Castillo; SÁEZ, Carlos. Paleografía versus Alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 164-187, jan./jun. 2016. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4815/3523>. Acesso em: 12 fev. 2022.

KRÜGER, Aline Carmes. O ensino de paleografia no curso de graduação em arquivologia da UFSC: um exercício com os documentos do instituto histórico e geográfico de Santa Catarina. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 211-223, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://oaji.net/articles/2015/2526-1449747976.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

LEAL, João Eurípedes Gualandi Franklin. **Glossário de Paleografia**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

LIMA, Eliseu dos Santos; FLORES, Daniel. Da diplomática clássica à diplomática contemporânea: uma revisão de literatura. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 14-37, jul./dez. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/25249489/DA\\_DIPLOM%C3%81TICA\\_CL%C3%81SSICA\\_%C3%80\\_DIPLOM%C3%81TICA\\_CONTEMPOR%C3%82NEA\\_uma\\_revis%C3%A3o\\_de\\_literatura](https://www.academia.edu/25249489/DA_DIPLOM%C3%81TICA_CL%C3%81SSICA_%C3%80_DIPLOM%C3%81TICA_CONTEMPOR%C3%82NEA_uma_revis%C3%A3o_de_literatura). Acesso em: 12 fev. 2022.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. Uma história diversa de Florianópolis. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 191-217.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. Uma história diversa de Florianópolis. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 8-14.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 625 p.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; MONTE, Vanessa Martins do. Algumas notas sobre o ensino de Paleografia no Brasil. *Investigación Bibliotecológica*, v. 35, n. 87, p. 57-84, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v35n87/2448-8321-ib-35-87-57.pdf> Acesso em: 14 dez. 2021.

MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de Paleografia**. 2. ed. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

MONTE, Vanessa Martins do. História da Paleografia: movimento entre a ciência e a arte. In: LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Livia Borges Souza; MAZZONI, Vanilda Salignac (org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2021.

OLIVEIRA, Nelson Henrique Moreira de. **Paleografia, microfilmagem, digitalização e preservação de documentos manuscritos**. Seropédica, RJ: PET-História, 2007. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/graduacao/PETHistoria/arquivos\\_PET/atividades/paleografia/apostila\\_oficina-paleografia-i.pdf](http://r1.ufrj.br/graduacao/PETHistoria/arquivos_PET/atividades/paleografia/apostila_oficina-paleografia-i.pdf). Acesso em: 21 jan. 2022.

PIAZZA, Walter F. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

RODRIGUES, Maria Vitória Alves. Evolução dos suportes da escrita: espaço para disseminar o saber entre o passado e o presente. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, Número XIV, p. 98-113, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/download/264/365>. Acesso em: 2 fev.2022.

ROSA DA SILVA, José Bento. A diáspora africana na foz do Rio Itajaí (SC) nos séculos XVIII e XIX. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 2, n. 20, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235558/28525>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SOARES, Iaponan. Historiografia e documentação sobre escravos em Santa Catarina - As fontes do Arquivo Público do Estado. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/66>. Acesso em: 12 fev. 2022.

STRIEDER, Inácio. A Igreja e a escravidão no Brasil. **Ciência & Trópico**, v. 28, n. 2, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/741>. Acesso em: 16 fev. 2022.

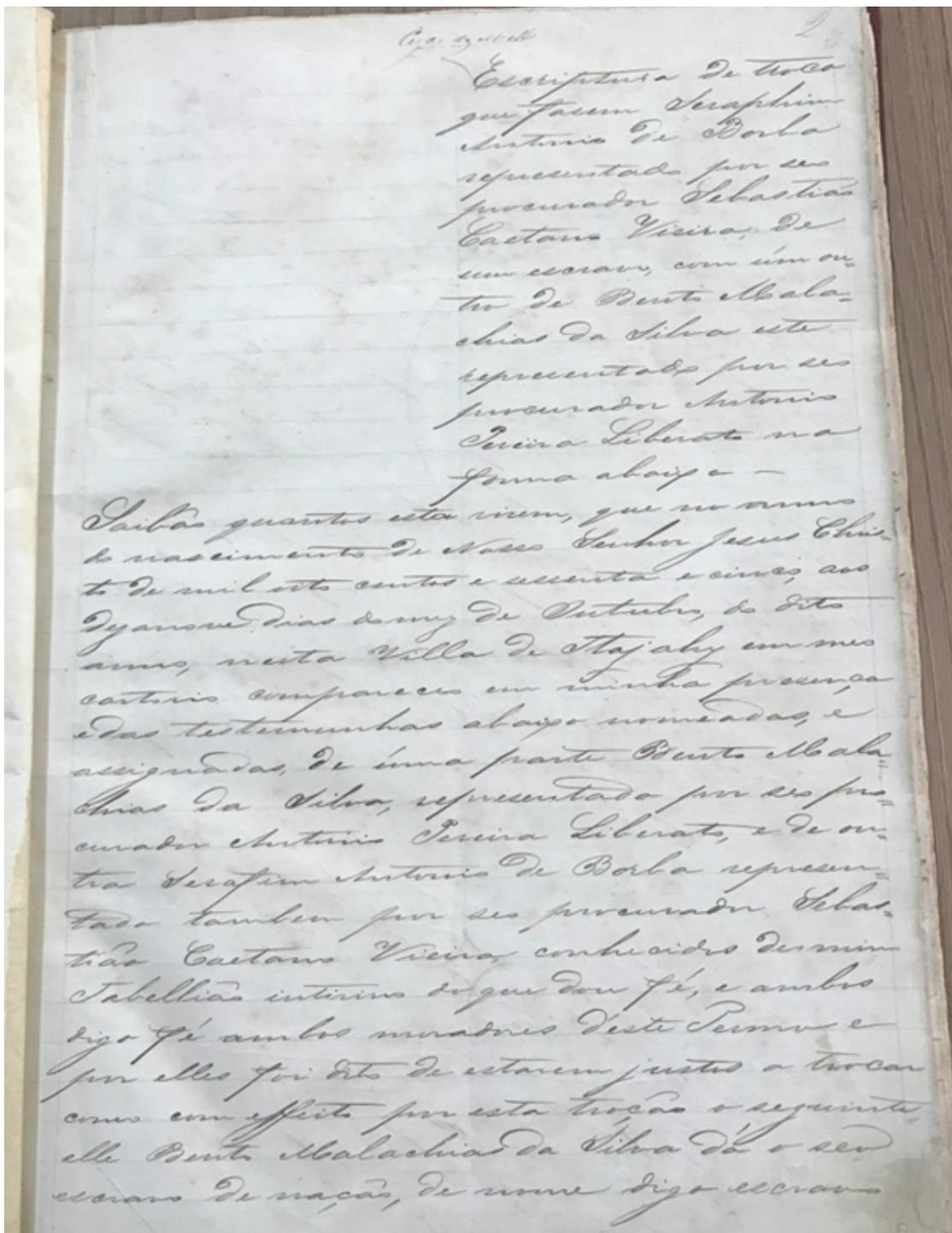
TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. **A Filologia textual**: o revelar de aspectos da história. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/08/02.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

TONIAZZO, Carmem Lúcia; ANDRADE, Elias Alves de; KRAUSE, Maria Margareth Costa de Albuquerque. Edição de manuscritos: características paleográficas. **Polifonia**, Cuiabá, v. 16, n. 19, p. 43-58, 2009. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/980>. Acesso em: 22 dez. 2021.

## Anexo – Manuscritos originais

Na sequência são apresentadas as reproduções dos manuscritos originais.

### Anexo A- Manuscrito 01 folha 01



Anexo B - Manuscrito 01 folha 02

escrevi de nome Victorino Cuido no va-  
 lor de Digo Cuido por um outoro de Hei-  
 Jim Antonio de Paula de nação de  
 nome João. Dizeis mais que recipi-  
 camente transfere um a outoro e de  
 minis, dinto, accdo e posse dos referidos  
 escravos tracadu e que estes poderao tomar  
 judicial ou extrajudicialmente como  
 quizerem: Assim tambem se obriga por  
 suas pessoas e bens a fazerem esta trans-  
 cao e de fog especialmente digo de fog  
 e ao mesmo tempo pelos mencionadas  
 procuradores me foi apresentado as  
 competentes procura cuos que ficao archi-  
 vadas em mes cartorio. Depois de escripta  
 esta foi lida por mim perante elles  
 que todos a outorgados e acutadas, e eu  
 como pessoa publica a estipuli e acuti.  
 Testemunhas a tudo presente e presentes  
 Carlos Ubachado de Oliveira, e Sepul-  
 dino José da Silveira todos de mes combe-  
 ciribus digo ambucintente. Em Francisco  
 Greguvel Tavares Tabellio intorino que  
 escrevi e assignei em publico e raro.

Em test:   de vend:

D. Tabellio intorino  
 Fran. Greguvel Tavares  
 Antonio Per. Silveira  
 Sebastiao Antonio Vairo  
 Antonio Carlos Magalhães  
 Sepulchro

Fonte: Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins - Fundo:  
 Cartório de Registro de Imóveis - 1º Ofício de Itajaí - Série: Livro 001-006. Caixa nº 1 (1860-1866).

Anexo C- Manuscrito 02 folha 01

Registo de uma carta de  
liberdade na forma de  
Carta de liberdade que passa Luciano Antonio  
dos Santos Filho Luciano Antonio de Santiago á  
João de sua escravo de cor preta de nome There-  
za de onze annos de idade pouco mais ou menos.  
Em nome de Deus Amem. Luciano Antonio de  
Santiago, como Christo Catholico Apostolico Or-  
mano que sou, e na qual Religião fui nascido  
criado, educado, na qual em tempo concessado  
apuro morrer, que tendo deliberado a dar a mi-  
nha escravo acima mencionada a liberdade,  
dele e amor de Deus, e com referencia e paga  
aos bens

Anexo D- Manuscrito 02 folha 02

ambas encios que me tem prestado de...  
sua terra idade ali e presente. E que face...  
de umta e outra lere contada de go lere e...  
tano contada, um e outro tangente de...  
alguma e um perfeito juiz. Logo a...  
autoridade de Emporio de m e valor...  
tante a esta carta de liberdade, como a...  
instrumento publico, que por sua...  
comum fideia Superior de...  
que a presente foy, e a meo...  
la non e... assignar Henrique...  
abengura um as...  
guyia de... da... de...  
de... de... de...  
e... Henrique...  
tenunha... Elias...  
reira de...  
sas...  
bastante...  
de... da... de...  
de... de...  
(carta e signal publico) de...  
de... Era o que...  
sua em esta carta de liberdade...  
mente registru, e a mesma carta...  
na parte...  
ar... de...  
de...  
m.

O Tabelião Francisco...

Fonte: Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins - Fundo: Cartório de Registro de Imóveis - 1º Office de Itajaí - Série: Livro 007-014. Caixa nº 2 (1866- 1886).

## **Agradecimentos**

A Deus, por estar sempre ao meu lado.

À minha querida mãe, pelo seu esforço em me educar. Mesmo ausente fisicamente, se faz presente em todos os momentos da minha vida.

Ao amigo e irmão Rozaito Peres por ter caminhado comigo. Poder contar com você foi essencial para o meu êxito.

Ao meu eterno amor Beatriz Souza, por iniciar essa jornada comigo. Muito grata!

À minha Professora, Supervisora e Orientadora Aline Carmes Krüger pela paciência, dedicação, compromisso e amizade, respeitando meu tempo. Você foi um dos pilares de sustentação, que me trouxeram até o final deste trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina por dar um sentido à minha vida.

A todos os professores do Curso de Graduação em Arquivologia que me forneceram as bases necessárias para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, companheiros nessa jornada. Valeu Turma!!!

À colega Mariene Alves do Vale por compartilhar comigo seus conhecimentos, pelo apoio e incentivo desde lá do início do curso e por sempre me orientar durante a vida acadêmica. Obrigada Mari, você é fonte de inspiração!

Aos Professores Ranaldo Cesar Souza e Zenilce Capoulade, pelo incentivo desde as provas do Enem. Gratidão!

A todos os profissionais Arquivistas e paleógrafos que trabalham com amor e dedicação.